



CÂMARA MUNICIPAL DE PENAMACOR

Livro: ____/____/____
Folha: _____

**ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA N.º 8 DA CÂMARA MUNICIPAL DE
PENAMACOR NO DIA 20 DE ABRIL DE 2016.**

Aos vinte dias do mês de abril do ano de dois mil e dezasseis, reuniu ordinariamente a Câmara Municipal de Penamacor, presidida pelo Senhor Presidente da Câmara, António Luís Beites Soares, com a seguinte ordem de trabalhos: -----

1. Inventário e Avaliação do Património; -----
2. Relatório de Gestão e Contas de Gerência de 2015; -----
3. Apoio no âmbito da saúde; -----
4. Apresentação e Aprovação do Mapa de Transportes Escolares para o ano letivo 2016/2017; -----
5. Finanças Municipais. -----

Estiveram ainda presentes, para além do Senhor Presidente da Câmara Municipal António Luís Beites Soares, os Senhores Vereadores Vítor Manuel de Sousa Gabriel, Manuel Joaquim Ribeiro Robalo, Ilídia Alves Cruchinho Lélé e Pedro Miguel Naves Folgado comigo Teresa Maria Bento Ribeiro, Técnica Superior, a secretariar. -----

O Senhor Presidente declarou aberta a reunião eram dez horas e de imediato deu início ao período de Antes da Ordem do Dia: -----

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA. -----

Foi presente ao Executivo a ata da última reunião ordinária realizada em 8 de abril do ano de dois mil e dezasseis, cuja fotocópia foi antecipadamente distribuída a todos os membros do executivo. -----

Posta a votação, foi a mesma aprovada por unanimidade. -----

Ref.ª _____
Data: ____/____/____



Livro: ____/____/____
Folha: _____

CÂMARA MUNICIPAL DE PENAMACOR

O Senhor Presidente da Câmara deu a palavra aos Senhores Vereadores que dela quisessem usar: -----

O Sr. Vereador Pedro Folgado referiu ter alertado há mais de dois anos para a questão do risco existente na via pública e transeuntes das sobreiras existentes na Rua da Gateira na freguesia de Pedrógão de São Pedro. Disse ter caído mais um ramo para a via pública, constituindo-se como matéria de segurança pública e proteção civil. -----

Referiu ter indicação de que alguns moradores com habitações de grandes dimensões estão isentos de IMI, enquanto outros com habitações mais pequenas pagam o imposto, existindo, assim, um desfasamento na aplicação das taxas. Considerou que embora não seja uma competência da autarquia, é um assunto que deveria ser acompanhado pelo executivo. -----

O Sr. Presidente António Soares reportando-se à questão das sobreiras, disse que o assunto irá garantidamente ficar resolvido na vertente da proteção civil, do perigo para a via pública. -----

Quanto ao critério de aplicação da taxa de IMI, disse não lhe ter chegado qualquer informação. Agradece que o senhor vereador lhe fizesse chegar uma nota mais precisa de quais são as apreciações para que possa, em instâncias superiores, analisar a questão. -----

Deu conhecimento que no âmbito do “Portugal 2020” Penamacor associou-se e subscreveu consórcios de quatro Proveres: Provere da Beira Baixa, Provere das Aldeias Históricas, Provere Inature e Provere das Termas. -----

O Sr. Vereador Pedro Folgado congratulou-se pela integração dos quatro Proveres. A este propósito, e uma vez que já se tem o “Portugal 2020” estabilizado, questionou sobre as rubricas em que a autarquia vai participar e submeter. Perguntou para quando vai dar a conhecer a Estratégia 25, que aguarda há quase dois anos. -----



CÂMARA MUNICIPAL DE PENAMACOR

O Sr. Presidente António Soares considerou que os Proveres se encontram em fase de candidatura e eventualmente serão reajustados, dado os valores muito elevados para o que eram os valores apresentados no aviso da CCDRC, o que pode condicionar alguma vertente. Outro fator que condiciona a estratégia do município é o Plano de Renovação Urbana de Penamacor, encontrando-se com aviso aberto na CCDRC. -----

PERÍODO DA ORDEM DO DIA. -----

1 – INVENTÁRIO E AVALIAÇÃO DO PATRIMÓNIO. -----

Foi presente à reunião proposta subscrita pelo senhor presidente da câmara que se transcreve: -----

“Compete à Câmara Municipal, nos termos da alínea l) do artº. 33º da lei 75/2013, de 12 de setembro, elaborar e aprovar o inventário de todos os bens, direitos e obrigações patrimoniais e respetiva avaliação, para posterior submissão à apreciação e votação da Assembleia Municipal, ao abrigo da competência prevista na alínea l) do nº2 do art. 25º do mesmo diploma. -----

Para o efeito, serão disponibilizados os Mapas de Património onde consta todo o imobilizado da Câmara, distribuídos por Mapa Síntese por Grupo Homogéneo, Mapa de Bens Abatidos ao Inventário, Mapa de Viaturas, Mapa de Bens Incorpóreos, Mapa de Bens Imóveis, Mapa de Bens Adquiridos em Estado de Uso e Mapa Bens Partes de Capital. -----

Os mesmos serão entregues a todos os membros da Assembleia Municipal em formato digital, podendo qualquer dos membros consultar ficha mais detalhada, se assim o entender, no Gabinete de Aprovisionamento e Património, mediante prévia requisição para o efeito. -----

Assim, propõe-se que: -----

1 – Seja aprovado o inventário de todos os bens, direitos e obrigações patrimoniais do Município de Penamacor, e respetiva avaliação por referência ao ano de 2015, ao abrigo da competência prevista na alínea i) do artº. 33º da



Livro: ____/____/____
Folha: _____

CÂMARA MUNICIPAL DE PENAMACOR

lei 75/2013, de 12 de setembro, para que seja remetido à Assembleia Municipal para apreciação. -----

2 – Seja a presente deliberação aprovada em minuta para que desde logo se torne eficaz, nos termos dos nº 3 e 4 do artº 57 da Lei 75/2013 de 12 de setembro, de modo a que possa ser o assunto remetido para apreciação na próxima sessão de Assembleia Municipal, em cumprimento do nº 2 do artº 27º do mesmo diploma”. -----

A proposta foi aprovada por maioria, com as abstenções dos Senhores Vereadores Vítor Gabriel e Pedro folgado. -----

2 – RELATÓRIO DE GESTÃO E CONTAS DE GERÊNCIA DE 2015. -----

Foi presente à reunião proposta subscrita pelo senhor presidente da câmara que se transcreve: -----

“No cumprimento da alínea j) do artigo 35.º da Lei 75/2013, de 12 de Setembro, submete-se à aprovação da Câmara Municipal os documentos de Prestação de Contas de 2015, para que possam ser submetidos à apreciação e votação da Assembleia Municipal, nos termos da alínea l) do n.º 2 do artigo 25.º da citada Lei. -----

Seja a presente deliberação aprovada em minuta para que desde logo se torne eficaz, nos termos dos nºs 3 e 4 do artigo 57º da Lei 75/2013 de 12 de setembro, de modo a que possa ser o assunto remetido para apreciação na próxima sessão de Assembleia Municipal, em cumprimento do nº 2 do artigo 27º do mesmo diploma”. -----

O Senhor Presidente deu conhecimento que a execução global fixou-se em 93% para a receita e em 83% para a despesa. As receitas correntes arrecadadas em 2015 aproximaram-se de nove milhões de euros, correspondendo a uma execução de 99%; As receitas de capital ultrapassaram os dois milhões de euros, correspondendo a uma taxa de execução de 75%; A execução orçamental das despesas correntes situou-se acima dos sete milhões e meio de euros, tendo registado uma execução de 89%; A execução

Ref.ª _____
Data: ____/____/____



CÂMARA MUNICIPAL DE PENAMACOR

das despesas de capital, ultrapassou os três milhões e trezentos mil euros, representando uma taxa de execução de 74%; O montante de receitas correntes arrecadado permitiu pagar a totalidade das despesas correntes e ainda financiar despesas de investimento em 1.149.994,32 euros. -----

Salientou a preocupação em não ultrapassar os limites de endividamento que a lei prevê, conseguindo chegar ao final do exercício com uma margem superior a um milhão de euros. -----

O Senhor Vereador Pedro Folgado salientou e saudou o esforço verificado na redução da dívida, referindo que a atual situação melhorou e é mais saudável que no início do presente mandato. No entanto, alertou para o grande cuidado a ter na gestão dos próximos anos, especialmente no sentido de evitar eventuais derivas eleitoralistas. -----

O Senhor Vereador Vítor Gabriel também saudou e realçou o esforço na redução da dívida, para dar cobro à situação descontrolada que anteriormente se vivia em termos financeiros. Chamou a atenção para o facto de existirem duas empresas (Malcatur e GDTP) das quais o município é acionista e cujos investimentos financeiros mantiveram o valor do ano transato. Disse ser necessário atribuir responsabilidade à gestão de dois anos e meio de mandato e comprovar da existência de resultados concretos e visíveis. No respeitante ao Plano Estratégico e quase concluído 60% do mandato, a sua opinião é de que passados catorze anos a expor as suas ideias, continuam por resolver muitas situações, nomeadamente o “Cimo de Vila”, o “Núcleo Histórico da Bemposta” e continua a assistir-se a um impasse na Zona Industrial de Penamacor. Sobre as prioridades definidas por esta maioria, discorda da obra feita em frente ao edifício dos Paços do Concelho e da consequente colocação de semáforos. ----

O Senhor Presidente sobre as duas empresas nas quais o município é acionista, disse que nas contas já se encontram refletidas as transferências de capital do município em investimentos financeiros (prestações acessórias de capital), no montante de duzentos e cinquenta mil euros. A este propósito, considerou que o hotel de Penamacor é uma infraestrutura que engrandece o concelho e permite que nele sejam realizados um vasto número de eventos.



Livro: ____/____/____
Folha: _____

CÂMARA MUNICIPAL DE PENAMACOR

Sobre as prioridades do concelho, discorda das opiniões do senhor vereador, pois, presentemente, está-se a trabalhar nos três assuntos referidos pelo senhor vereador. -----

O Senhor Presidente realçou a redução da dívida nos dois anos de mandato, recordando que grande parte da dívida em termos de água e saneamento, referente ao mandato anterior, não estava incorporada em termos contabilísticos. A sua incorporação condicionou uma estratégia de curto prazo, daí a necessidade de se avançar com um processo de saneamento financeiro, bem como de se fazer um novo acordo e uma adenda ao acordo de pagamento existente com a empresa Águas do Zêzere e Côa. -----

O Senhor Vereador Pedro Folgado considerou que no seu ponto de vista poderiam existir indícios de que no executivo anterior houve devolução de faturas sem qualquer justificação ou explicação, que essas faturas não foram devidamente contabilizadas, foram acumulados juros de pagamento, que o atual executivo teve de incorporar nas suas contas e pagar com os acordos de pagamento que foram feitos. No seu ponto de vista, poderiam eventualmente configurar atos de má gestão, passíveis de responsabilização jurídica. Perguntou se o executivo tomou alguma iniciativa de responsabilizar nas instâncias devidas os responsáveis por estes atos. -----

O Senhor Presidente disse que o facto de as faturas estarem a ser devolvidas tinha que ver com um processo judicial que todos os municípios que envolviam o sistema multimunicipal das Águas do Zêzere e Côa tinham e que ainda hoje se encontra em tribunal arbitral. -----

O senhor vereador Pedro Folgado perguntou ainda se, para além das faturas das Águas do Zêzere e Côa, se verificavam outros casos de faturas não registadas contabilisticamente. -----

O Senhor Presidente informou que a devolução de faturas era exclusiva das faturas das Águas do Zêzere e Côa, em face dos litígios jurídicos em vigor. -----

Os documentos de Prestação de Contas de 2015, foram aprovadas por maioria, com três votos a favor, duas abstenções dos senhores vereadores



Livro: ____/____/____
Folha: _____

CÂMARA MUNICIPAL DE PENAMACOR

Vítor Gabriel e Pedro Folgado, que apresentaram a seguinte declaração de voto: -----

“Relativamente ao relatório de gestão e contas de gerência de 2015, os Vereadores da Coligação Juntos por Penamacor entendem que deverá ter continuidade o esforço de redução da dívida autarquia. Apesar de no atual mandato se ter verificado um movimento de redução da mesma, o nível de endividamento global, de cerca de 6,5 milhões de euros, continua a espelhar uma situação financeira extremamente desafiante, que condiciona o futuro dos penamacorenses. -----

Não se conhecendo a estratégia de desenvolvimento preconizada pela maioria Socialista para o nosso concelho, entendem os vereadores da Coligação que as grandes prioridades, designadamente as decorrentes da diminuição e do envelhecimento da população e consequente desertificação, foram substituídas por outras iniciativas menos prioritárias no seu ponto de vista. -----

Tendo em conta os motivos aludidos, os vereadores da Coligação Juntos por Penamacor manifestaram a sua posição de abstenção”. -----

O Relatório e Contas de Gerência de 2015 ficam arquivados em anexo à presente ata e dela fazem parte integrante. Os documentos de prestação de contas encontram-se integralmente elaborados, foram presentes à reunião e encontram-se devidamente arquivados nos Serviços de Contabilidade e Finanças e estão disponíveis para consulta, quando tal for solicitado. -----

3 – APOIO NO ÂMBITO DA SAÚDE. -----

Foi presente à reunião proposta subscrita pela senhora vereadora da câmara que se transcreve: -----

“Na sequência da deliberação da Câmara Municipal de 26 de Fevereiro de 2004, foi aprovado o Regulamento Municipal de Apoio no Âmbito da Saúde a Estratos Sociais Desfavorecidos do Município de Penamacor, com o objetivo de



CÂMARA MUNICIPAL DE PENAMACOR

promover melhores condições à população residente em situação de precariedade socioeconómica. -----

Com o presente Regulamento, esta Autarquia pretende apoiar a população com dificuldades económicas, em termos de assistência medicamentosa, mediante a comparticipação de parte dos custos a suportar pelos utentes na aquisição de medicamentos não cobertos pelo sistema de Segurança Social. ---

Em 31/03/2016 deu entrada o Processo de Candidatura da Requerente Rita Amaral Moiteiro dos Santos, residente na freguesia de Salvador. -----

Depois de reunidos os documentos solicitados e analisada a candidatura com pormenor, foi emitido o respetivo Parecer Técnico, que se anexa à presente Proposta. -----

Neste sentido, propõe-se que: -----

1. A candidatura seja admitida e aprovada, por estar em conformidade com o estipulado no Regulamento Municipal de Apoio, no Âmbito da Saúde a Estratos Sociais Desfavorecidos do Município de Penamacor. -----

2. Que nos termos da Clausula 5ª do Regulamento Municipal mencionado no número anterior seja deliberado sobre a atribuição de um apoio no valor de 50€ (cinquenta euros) à Requerente Rita Amaral Moiteiro dos Santos. -----

3. Seja aprovada em minuta a presente deliberação, nos termos dos números 3 e 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, para que seja desde logo eficaz”. -----

A proposta foi aprovada por unanimidade. -----

4 – APRESENTAÇÃO E APROVAÇÃO DO MAPA DE TRANSPORTES ESCOLARES PARA O ANO LETIVO 2016/2017. -----

Foi presente à reunião proposta subscrita pela senhora vereadora da câmara que se transcreve: -----

“Nos termos do artigo 10º, nº 1 alínea a), do Decreto-Lei nº 299/84, de 11 de setembro, conjugado com a alínea gg), do nº 1 do artigo 33º da Lei nº 75/2013,



Livro: ____/____/____
Folha: _____

CÂMARA MUNICIPAL DE PENAMACOR

de 12 de setembro, é competência da Câmara Municipal deliberar sobre a aprovação do plano de transportes escolares do município. -----

Funciona como órgão de consulta nesta matéria o CME – Conselho Municipal de Educação, conforme resulta do nº 1 do artigo 25º do Decreto-Lei nº 7/2003, de 15 de janeiro, o qual reuniu no dia 15 de abril para se pronunciar sobre o plano de transportes escolares, e de cuja reunião foi lavrada a minuta de parecer que se anexa à presente proposta. -----

A partir das conclusões e do parecer do CME é agora apresentado o plano de transportes escolares para o ano letivo de 2016-2017. -----

Assim, propõe-se: -----

Que seja aprovado o plano de transportes escolares para o ano letivo de 2016-2017 de acordo com a planta em anexo e com as previsões disponíveis quanto ao número de alunos, nos termos do nº 1, alínea a) do artigo 10º do DL 299/84, de 11-9, no qual estão contemplados os circuitos que deverão ser assegurados por carreiras de transporte público e os que deverão ser assegurados por viaturas municipais ou outras”. -----

O Senhor Vereador Pedro Folgado disse ser necessário refletir sobre a redução notória do número de alunos no concelho. Por ser uma grande preocupação, desafia os autarcas e toda a comunidade a procurarem uma estratégia que possa alterar a referida redução. -----

A proposta foi aprovada por unanimidade e em minuta nos termos dos números 3 e 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro. -----

5 – FINANÇAS MUNICIPAIS. -----

Foi presente o original Resumo Diário da Tesouraria, assinado e rubricado, que foi arquivado à presente ata. Foram também apresentados para análise os mapas atuais do orçamento da receita acumulada de 2.911.601,82 euro e uma despesa também acumulada de 1.976.793,52 euro e depois de rubricados ficam arquivados em anexo à presente ata. -----

Ref.ª _____
Data: ____/____/____



CÂMARA MUNICIPAL DE PENAMACOR

Livro: ____/____/____
Folha: _____

INTERVENÇÃO DO PÚBLICO. -----

Não havia público presente na reunião. -----

E não havendo mais assuntos a tratar, o Senhor Presidente da Câmara declarou encerrada a reunião eram onze horas e vinte minutos, e dela se lavra a presente ata que depois de lida, julgada conforme e aprovada, vai ser assinada. E eu, _____, Técnica Superior, a redigi e subscrevi. -----

A Técnica Superior

O Presidente da Câmara

Teresa Bento Ribeiro

António Luís Beites Soares